



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
Rede de Inteligência e Inovação da 1ª Região
30ª Reunião Videoconferência (Teams)
24 de outubro de 2023

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, reuniram-se os integrantes da Rede de Inteligência e Inovação da 1ª Região (Reint1), sob a coordenação do **Desembargador Federal Carlos Augusto Pires Brandão**, para abordar a seguinte pauta: “Centros Locais de Inteligência (CLIs) - A experiência da SJDF e da SJBA.” Os membros da Rede de Inteligência da 1ª Região reuniram-se para debater acerca do tema "Centros Locais de Inteligência (CLIs), A Experiência da Seção Judiciária do Distrito Federal e da Bahia". A reunião ocorreu sob a coordenação do Desembargador Federal Carlos Pires Brandão e recebeu como convidados as Juízas Federais Rosimayre Gonçalves e Mei Lin Lopes, e o Juiz Federal Robson Mascarenha. A primeira convidada, a Magistrada Federal Rosimayre Gonçalves que atua na Seção Judiciária do Distrito Federal, recebeu um convite do Diretor de Foro da Seccional Itagiba Neto para abordar as perspectivas estratégicas do Centro de Inteligência da seção. Naquela ocasião, o Magistrado implementou e destinou o Centro de Inteligência em conjunto com o Centro de Conciliação - CEJUC, principalmente pelas suas afinidades de estratégias. Todavia, o Centro de Inteligência deveria se concentrar no diálogo interinstitucional, na elaboração de estratégias para lidar com demandas judiciais e na criação de fluxos de trabalho. Essa sobreposição resultou na mesma equipe administrativa para ambos os centros. A primeira ideia foi designar um servidor para estabelecer as diretrizes, o que era uma tarefa mais apropriada para o Centro de Inteligência. Sua função principal era analisar dados e situações concretas, transformando-os em informações que pudessem apoiar os juízes na definição de políticas estruturantes para os procedimentos judiciais. O centro foi estabelecido em 2008 por meio de uma portaria emitida pela DIREF, sendo supervisionado pelo Juiz Federal Itagiba Preta Neto, que também era o Diretor de Foro. Ele é dividido em duas comissões: a Comissão Gestora, composta por diversos membros, incluindo juízes federais, a Coordenadora do CEJUC (presidente), o Coordenador Adjunto do CEJUC, um representante da Turma Recursal, um representante dos Juizados Especiais Federais, representantes das Varas Criminais, Varas Cíveis e Varas de Execução Fiscal. Essa diversidade de representantes permite que cada um, de acordo com suas características específicas, traga questões para serem discutidas no âmbito desse Centro. A segunda equipe, conhecida como Equipe Operacional, é composta por sete servidores, incluindo o Assessor Adjunto do CEINT, a Diretora do CEJUC, a Diretora do Núcleo Judiciário, um representante da Turma Recursal, representantes das Varas Criminais, Varas Cíveis e à Vara de Execução Fiscal. Essa equipe lida com demandas diretas dos magistrados, monitora decisões dos Tribunais Superiores em questões repetitivas e promove o diálogo interinstitucional por meio do envio de circulares e da emissão de Notas Técnicas. O CEINT/ SJDF desempenha um papel crucial ao alertar os magistrados sempre que são identificadas demandas predatórias, estruturais ou em grande volume que possam prejudicar a eficiência do sistema judiciário. A sua missão é colaborar na

criação de soluções consistentes e inovadoras para assegurar a segurança jurídica e agilidade nos processos. Quando solicitado pelos magistrados, o CEINT atua ativamente para aprimorar o sistema de prevenção do Processo Judicial Eletrônico (PJe), uma vez que foram identificadas diversas estratégias para contornar o sistema e permitir a entrada de demandas repetitivas simultaneamente. Após analisar o perfil da demanda, são realizadas pesquisas no PJe e no E-siest para quantificar e avaliar o potencial prejudicial dessas situações. Após identificarem as irregularidades, eles preparam um relatório técnico contendo informações suficientes para enviar uma circular aos magistrados da Seção. Alguns temas específicos foram analisados na CEINT, levando em consideração seu impacto em outros Tribunais Federais ou Estaduais, como no caso das ações relacionadas à lei do superendividamento e aos vícios construtivos. Acerca das ações de superendividamento, em especial aquelas relacionadas à Caixa Econômica Federal, houve um aumento significativo no número de processos, o que levou à criação de um núcleo dentro do CEJUC para lidar com esses casos. Durante esse processo, observou-se que o Supremo Tribunal Federal tem entendido que a natureza primordial desses casos se assemelha à falência, o que sugere que a competência para julgá-los recaia sobre a justiça Estadual. No que diz respeito aos vícios construtivos, iniciaram um processo de mapeamento dessas questões para colaborar com os juízes na maneira como seriam tratadas, aproveitando o auxílio da Rede de Inteligência. Ademais, mencionaram exemplos de circulares já emitidas pelo Centro, abordando diversos temas como Sistemas de Prevenção do PJe, ações sem petição inicial, questões relacionadas a vícios construtivos, propriedade industrial, o apagão de energia no Amapá e circulares de um escritório de advocacia localizado em Unai-MG, que tratam de demandas previdenciárias. O CEINT mantém uma comunicação regular com seus membros de forma virtual, por meio de aplicativos de mensagens, permitindo a participação e a expressão de opiniões de todos os seus membros, o que também contribui para a elaboração de Notas Técnicas. Além disso, o CEINT realiza reuniões com advogados e instituições públicas e privadas, quando necessário, a fim de obter um melhor entendimento das demandas em questão. Concomitante a isso, fornecem suporte aos magistrados, por meio de orientações, comunicados e emissão de Notas. Ressaltou que houve uma situação em que o Conselho Nacional de Justiça estava desenvolvendo um programa para automatizar o cumprimento de decisões judiciais em processos previdenciários. Esse programa tinha como objetivo transferir do Instituto Nacional de Segurança Social para o sistema de justiça a responsabilidade de inserir todos os dados que normalmente eram inseridos pelos servidores do INSS. Os juizados Especiais perceberam que isso poderia dificultar significativamente o desempenho de suas atividades, e em resposta a essa situação a CEINT se reuniu com os magistrados e elaborou uma Nota Técnica para ser enviada ao CNJ, manifestando sua oposição à essa transferência de responsabilidades. Além disso, a CEINT emitiu várias outras Notas Técnicas sobre temas diversos, como Litigância Predatória (Tema 1198/STF), Lei do Superendividamento (Tema 859/STF) e apoiou a Nota Técnica 01/2022 do Centro de Inteligência do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul relacionada à Litigância Predatória, bem como Notas Técnicas sobre Vícios Construtivos, em apoio à Reint1. Atualmente, o Centro está implementando vários projetos, incluindo a criação de fluxogramas para processos relacionados a vícios construtivos, ações referentes ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), fornecimento de respostas aos Magistrados em relação a questões de propriedade industrial e aprofundamento no entendimento de ações predatórias, especialmente na revisão de contratos. A segunda palestrante foi a Juíza Federal da Seção Judiciária da Bahia, Mei Lin Lopes Wu Bandeira, que desempenhou um papel significativo na gestão

do Centro de Inteligência de 2020 a 2022. Durante esse período, ela adquiriu diversas experiências que foram compartilhadas durante a reunião, abordando questões cruciais tanto em termos de gestão quanto de processos judiciais. A primeira demanda discutida no Centro foi apresentada pela Caixa Econômica Federal e estava relacionada ao auxílio emergencial, gerando economia prática de inúmeros atos processuais por meio do ajustamento de um formulário. A segunda demanda, também trazida pela Caixa, abordou a questão dos vícios construtivos. Nos últimos anos, ocorreram várias reuniões entre os colegas para debater sugestões, questões processuais e a importância da cooperação nacional, especialmente em casos de vícios construtivos relacionados a processos do programa "Minha Casa, Minha Vida". Além disso, foram abordadas questões relacionadas aos atrasos na execução de decisões do INSS, bem como a colaboração da Caixa no processo de digitalização dos processos para o Processo Judicial Eletrônico (PJe) no início da pandemia. Também se discutiu a retomada das conciliações na Subseção de Feira de Santana, que haviam sido interrompidas devido a investigações de irregularidades. Outra ação bem-sucedida foi de um guia elaborado pelo juiz federal Robson Mascarenhas, tratando da realização de perícias de forma concentrada por empreendimento. Desde 2020, o Centro de Inteligência tem se beneficiado com a participação do Núcleo de Gestão Estratégica e Inovação. A partir desse núcleo, foi desenvolvido um projeto que resultou na criação de resumos (sinopses) destinados àqueles que atuam no PJe de segundo grau. Adicionalmente, o Centro conta com o auxílio de oito estagiários, que se dedicam a projetos voltados para a melhoria da gestão processual, com foco particular na elaboração de relatórios, além de diversas outras tarefas. O Juiz Federal Substituto, Robson Silva Mascarenhas, compartilhou sua perspectiva como juiz de primeira instância, destacando como o Centro de Inteligência sempre foi receptivo às suas demandas, atuando como um facilitador de ideias positivas. Ressaltou a importância desse espaço como um ambiente propício para a troca de informações e experiências, proporcionando aos magistrados a transição de um ambiente focado em litígios para um ambiente de ampla colaboração. Nesse ambiente, eles podem cooperar não apenas entre si, mas com diferentes setores do Tribunal, Seções Judiciárias e agentes externos, criando uma atmosfera de cooperação e compartilhamento de conhecimento. O Juiz Federal Sérgio Wolney enfatizou a relevância desses centros na resolução de questões relacionadas a vícios construtivos. Ao final, o Desembargador Federal Néviton Guedes parabenizou todos os convidados e destacou a importância da Rede de Inteligência no âmbito do Tribunal, especialmente no que diz respeito à abordagem de desafios estruturais. Salientou que a Rede de Inteligência desempenha um papel fundamental na superação dessas dificuldades e concluiu afirmando que ela representa um valioso patrimônio do Tribunal. Trata-se de um resumo da reunião, sendo que a íntegra da gravação do vídeo da reunião e sua respectiva de gravação constantes do Teams poderão ser solicitadas por meio do *e-mail*: nugep@trfl.jus.br e pelo telefone (61) 3314-5991, enquanto disponíveis na plataforma Microsoft Teams.

Coordenação temática:

Desembargador Federal Marcus Vinícius Reis Bastos
Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Desembargador Federal Néviton Guedes
Desembargador Federal Roberto Carvalho Velos

Convidados:

Juíza Federal Rosimayre Gonçalves de Carvalho – SJDF
Juíza Federal Mei Lin Lopes Wu Bandeira - SJBA
Juiz Federal Substituto Robson Silva Mascarenhas - SJBA

Coordenação Executiva:

Juiz Federal Sérgio Wolney de Oliveira Batista Guedes

Coordenação da REINT1:

Desembargador Federal Carlos Augusto Pires Brandão

Coordenação da ESMAF:

Desembargadora Gilda Sigmaringa Seixas

Participantes:

1. Ailton Schramm de Rocha
2. Alex Schramm de Rocha
3. Ana Lúcia Batista dos Santos
4. Ana Luiza Nogueira Sousa
5. Andréa Márcia Vieira de Almeida
6. Andréa Martins Alves
7. Armea Vieira Delmondes de Almeida
8. Bruno Hermes Leal
9. Carlos Augusto Pires Brandão
10. Carlos Jose Cavalcante de Mesquita
11. Cesar Augusto Bearsi
12. Cristiano Mauro da Silva
13. Dimis da Costa Braga
14. Diogo Barreto Perfeito Castro Silva
15. Eduardo de Assis Ribeiro Filho
16. Emmanuel Mascena de Medeiros
17. Fábio Rogério França Souza
18. Flavio Pimenta de Souza
19. Francyara Conceição da Silva
20. Georgiano Magalhães
21. Ilan Presser
22. Jerusa de Oliveira Dantas Passos
23. João Paulo Pirôpo de Abreu
24. Jucelio Fleury Neto
25. Lana Hillary Silva Cavalcante
26. Leticia Costa Cruvinel
27. Luiz Octavio Goncalves Oliveira
28. Manoel Gustavo Fernandes Kliemann
29. Marcus Feliciano dos Santos

30. Maria Candida Carvalho Monteiro de Almeida
31. Marina Rocha Cavalcanti Barros Mendes
32. Mei Lin Lopes Wu Bandeira
33. Michael Procópio Ribeiro Alves Avelar
34. Néviton Guedes
35. Nilton Dall'Agnol
36. PABLO ZUNIGA DOURADO
37. Renata de Araujo Paula
38. Renata Peixoto Pinheiro
39. Ricardo Teixeira Marrara
40. Roberto Carlos de Oliveira
41. Roberto dos Santos Barrense
42. Robson Silva Mascarenhas
43. Rosimayre Gonçalves de Carvalho
44. Saulo José Casali
45. Sérgio Wolney de Oliveira Batista Guedes
46. Silvia Regina dos Santos Amorim
47. Simone Alcantara Puttini Calza
48. Thiago Queiroz Oliveira
49. Wagner Mota Alves de Souza
50. Weller Barauna de Souza
51. Wylerson Dos Santos